

# Profissionais do SNS “não deram o litro, deram o garrafão” na pandemia. Agora um manifesto pede a salvação de ambos

O documento foi apresentado no Infarmed, em Lisboa, numa conferência em que o pneumologista Filipe Froes afirmou que o país não andou tão bem na fase do desconfinamento, ao contrário do que fizera na de mitigação.



Patrícia Carvalho

30 de Junho de 2020, 21:02

Foto

Os profissionais do SNS deram tudo durante a pandemia, disse Filipe Froes MIGUEL MANSO

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) soube adaptar-se para responder à pandemia de covid-19 apesar das suas fragilidades, e os seus profissionais envolvidos nesta luta “não deram o litro, deram o garrafão”, mas agora é altura de olhar para o futuro. A expressão e a conclusão é do pneumologista Filipe Froes, que esta terça-feira abriu a conferência *Salvar o SNS – Estamos do Lado da Solução*, no Infarmed, em Lisboa. No encontro foi apresentado um manifesto com o mesmo título, desenhado por 20 subscritores, nos quais o especialista se inclui, e que procuram assim apresentar propostas concretas para repensar o SNS.

---

Coube à endocrinologista Isabel do Carmo apresentar o documento que nasceu, “de forma inorgânica”, de um conjunto de pessoas que partilham a ideia comum da defesa do SNS como estrutura universal.

A especialista explicou que a realidade do país mudou e que, por isso, há muito que é preciso mudar também no SNS. “Entre 1980 e 2018 a esperança média de vida aumentou dez anos e aumentou em pessoas mais velhas, que precisam de mais medicamentos. E esses medicamentos são efectivos, resultam bem. Tudo isto traz novos problemas”, explicou, nomeadamente ao nível do aumento de custos associados ao tratamento de doenças crónicas. Este é um dos pontos da mudança, o outro, que quis salientar, foi o “grande problema” que existe com a redução de especialistas médicos na faixa dos 41 aos 50 anos (fruto da diminuição de vagas de entrada nas universidades, no final do século XX), e o facto de serem estes profissionais que estão também a ser mais “captados” pelos serviços privados de saúde.

Como é que se responde a estes e outros factores que mudaram o país nas últimas décadas? A resposta, para os autores do documento, está nas propostas nele contidas. Algumas, salientou Isabel do Carmo, podem ser postas em prática de imediato, outras podem ser mais demoradas. Como a proposta para a continuação do desenvolvimento dos serviços de cuidados primários, tornando-os cada vez mais a primeira opção de quem se sente doente. “Os dados de 2018 dizem que houve seis milhões de atendimentos nas urgências. 40% deles são azuis ou verdes [níveis menos graves na triagem do Sistema de Manchester]. Ou seja, 40% poderiam ser tratados nos cuidados primários. Acho que isto é exequível. É uma questão de os equipar e propagandear que devem tratar algumas questões agudas”, disse.

Mas o que pode ser posto em prática, no seu entender, “dentro de um mês, se houver vontade política para o fazer”, é retirar os especialistas dos hospitais e enviá-los para os centros de saúde. Em especial os provenientes

de especialidades com listas de espera longas. “A experiência que tenho é que se o especialista sair do hospital, for ao centro de saúde e observar o doente na lista de espera, a maior parte deles não precisará de ir ao hospital.” Outra das medidas propostas e que seria possível pôr em prática “amanhã” é transferir para os hospitais os meios complementares de diagnóstico, como análises, que neste momento são feitos no sistema privado. Com a vantagem de “poupar milhões” ao Estado, disse.

Estas são algumas das propostas do manifesto que insiste ainda na necessidade de um maior investimento no SNS — embora ressaltando o esforço feito no Orçamento do Estado de 2020 — e, em concreto, na construção de novos hospitais e no seu equipamento. “Estão sempre a aumentar os doentes e macas nos corredores e que morrem nos corredores. Isto atenta à dignidade das pessoas. Isto tem de acabar e isto acaba-se construindo hospitais e com camas lá dentro”. E, segundo os dados do manifesto, é mesmo preciso pensar em camas — não só em mais, mas em substituir as actuais, já que 62,4% das camas hospitalares existentes têm idade superior a 30 anos e 31% têm mesmo mais de 50 anos.

Junte-se a isto a necessidade de valorização profissional (e salarial) dos recursos humanos do SNS e um aumento na implementação dos cuidados preventivos, domiciliários, de convalescença e prolongados, incluindo os paliativos, e ficam completas as propostas do manifesto.

## **Desconfiar a desconfiar**

Na conferência estiveram presentes deputados de alguns grupos parlamentares e a ministra da Saúde, Marta Temido, mas esta não chegou a tempo de ouvir Filipe Froes fazer uma espécie de diagnóstico da pandemia, olhando para o seu desenvolvimento (“o nosso mundo, como o vivemos, pôs-se a jeito” e a indiferença e a iliteracia ajudaram à sua propagação, defendeu) e à forma como o país lidou com ela.

A ministra admitiu que está “assoberbada” pela pandemia, mas reconheceu a “urgência” em melhorar as condições do SNS, referida, pouco antes, pelo ex-ministro da Saúde Correia de Campos, presente na sala. Só que as condições económico-financeiras são “difíceis”, afirmou, sem prometer nada além da vontade. “Obrigada pelo vosso contributo. Que este documento tenha capacidade de criar raízes e contaminar toda a sociedade. Pela parte do Ministério da Saúde, é uma infecção que apanharemos com gosto”, disse.

Mas era claro que a atenção de Marta Temido continua presa à gestão da pandemia, tema que, disse, não a larga desde que se levanta até se deitar, e mesmo enquanto está a dormir. “O que me preocupa é saber se vamos ser capazes de quebrar as cadeias de transmissão. Se será o país a contagiar Lisboa, positivamente, ou se será Lisboa a contagiar o país”, disse.

Situação que se prendia com parte do que dissera antes Filipe Froes, mas que a governante, ainda ausente da sala, não ouvira: que o país andou muito melhor na fase de mitigação da doença do que na do desconfinamento. “Devemos ter uma estratégia muito clara a desconfinar. E não tivemos uma estratégia clara, ao contrário do que aconteceu com a fase de mitigação”.

A grande diferença, explicou, é que na primeira fase se ouviram os peritos e foi traçada uma estratégia que os envolveu, enquanto na segunda fase apenas se olhou para os dados epidemiológicos, sem que estes fossem devidamente interpretados. “Desconfinámos a rondar os 240 novos casos diários e o que os justificava eram os assintomáticos. Não o valorizámos porque vínhamos numa recta descendente”, disse.

E os assintomáticos são uma espécie de adaptação do vírus à sua capacidade de propagação — servindo-se deles, transmite-se sem que os portadores do vírus saibam, muitas vezes, que o têm. Por isso é essencial

seguir o vírus, não o doente, defendeu o especialista. “Se estamos à espera que as pessoas tenham sintomas, vamos perder a oportunidade de identificar aquelas [assintomáticas] que perpetuam o vírus na comunidade”, disse.

Esta “mudança de paradigma” tem de ser o caminho a seguir, numa altura em que o número de casos em Portugal, sobretudo na Área Metropolitana de Lisboa, ainda preocupa. “Não tivemos capacidade de transformar dados epidemiológicos em conhecimento de saúde pública, e isto foi vital, pela sua ausência, para termos capacidade de fazer o que deveríamos fazer e que tipo de resposta deveríamos procurar”, argumentou Filipe Froes, concluindo: “Aqui não andamos completamente bem.”

Daqui para a frente, e enquanto vivermos “no mundo da bandeira da máscara”, disse o consultor da Ordem dos Médicos para a pandemia, a atenção tem de estar particularmente focada nos “ajuntamentos, transportes públicos, profissionais de saúde, lares e nos casos de precariedade laboral, social e pessoal”. Porque é por aí que o vírus pode continuar a fazer aquilo que sabe: propagar-se. Há, portanto, que “desconfinar a desconfiar do vírus”, defendeu. Com cautela.

E, a par disto, há que investir sempre no conhecimento — que ainda é muito pouco em relação a este coronavírus, disse — e no SNS, cujas “muitas fragilidades foram ultrapassadas e minimizadas pelo esforço dos seus profissionais, que não deram o litro, deram o garrafão”, defendeu, abrindo a porta à apresentação do manifesto que seria feita logo a seguir por Isabel do Carmo. “Esta é a altura de repensar o SNS. O que aconteceu agora não vai acabar mais, vai ciclicamente voltar a acontecer”, avisou.